

FR. JOÃO DA PÓVOA E O MOVIMENTO DA *OBSERVÂNCIA* FRANCISCANA PORTUGUESA ENTRE 1447 E 1517

VÍTOR GOMES TEIXEIRA *

Depois de uma primeira fase de assentamento, fixação e reivindicação de um ideal pauperístico com traços claramente eremíticos, a Observância ¹ portuguesa, na senda da da Europa, enveredou, a partir de 1446-1447, por uma via menos radical, não tão eremítica, a derivar em relação ao despojamento ou à abdicação de certas vivências e realizações terrenas. Enfim, dir-se-ia, numa outra forma de conceptualização, na opção por uma maior moderação e procura do equilíbrio e do diálogo com os não reformados, por uma passagem da intuição e do fervor dos primórdios à instituição e ao amadurecimento de experiências, por uma crescente conventualização, no sentido reformista, claro, na absorção de ideais de edificação intelectual dos religiosos, por via dos estudos. A grande figura de todo este processo acabou por ser S. Bernardino de Siena, que morre em 1444 mas cujo projecto ganhou dimensão franciscana a partir de 1446, através das Constituições

* Professor Auxiliar da Escola das Artes, UCP-CRPorto.

¹ Por Observância, entenda-se todo o movimento de reforma na Ordem dos Frades Menores (Franciscanos) iniciado, de forma mais “institucional”, nos meados do século XIV, a partir de experiências na Toscana e Úmbria (Itália) e na Provença (França), depois com nódulos noutras regiões francesas e da Península Ibérica. O movimento pretendia, em traços gerais, uma observância mais estreita e presente não apenas da Regra como do espírito e sentimento religioso do Fundador dos Franciscanos, na senda da vivência plena dos preceitos de vida evangélica e em autêntica pobreza, numa dimensão eremítica e afastada da conventualidade e das cidades e dos poderes. Por oposição a este movimento, está a Claustura ou Conventualidade (dos “Conventuais”), que era pois a tendência dominante, acusada de relaxamento de costumes e de mitigação dos preceitos de vida franciscana dos primeiros frades que empreenderam a *sequela Christi* do Poverello de Assis.

de Eugénio IV (1431-1447), inspiradas por uma outra coluna da Observância, Fr. João de Capistrano ².

Uma das pedras de toque deste período foi precisamente a introdução dos estudos nas recém criadas vigararias provinciais da Observância, no seio das províncias governadas pelos Conventuais e com casas de formação não adstritas a estes. A reforma da Observância foi necessária para a Ordem dos Frades Menores (OFM) e para as outras ordens mendicantes, tendo-o sido também para as monásticas. Mesmo nestas, um dos pilares da reforma no século XV, vencida a tentação eremítica e redutora da potenciação das capacidades intelectuais de muitos religiosos, que poderiam ser importantes para a justificação do movimento e passagem de testemunho de forma concreta e com rigor, foi precisamente a opção pelo cultivo das letras e das ciências nos conventos dos frades como nos mosteiros dos monges, algo que passou a nobilitá-los e a engrandecer o prestígio perdido nos processos de decadência das comunidades como das ordens em geral. Entre os Observantes franciscanos, todavia, nem tudo foi sempre assim, pois os alvares do movimento, mesmo em Portugal, e com relevo até às primeiras décadas de Quatrocentos, foram marcados por uma acentuada opção de renúncia aos estudos, considerados um factor de engrandecimento e justificação da existência de benesses e rendimentos que iam contra o espírito da Regra e do movimento em si. Os estudos desviavam os frades do verdadeiro sentido da contemplação e das obras de carácter espiritual e pastoral, bem como das funções e da disciplina comunitárias e do serviço à ordens superiores.

Pode-se mesmo pensar que havia uma repulsa pelos estudos entre os Observantes, como se depreende das palavras de Ubertino de Casale ³, sempre radical e ascético na sua defesa da *santa rusticitas* entre os religiosos: *Novem annorum spatio quibus legi et parisiis fui, sic totam primam reformationem foedaveram* (...). Entre nós, em Portugal, também um prelado menorita proto-Observante, que foi bispo de Silves, no Algarve, D. Fr. Álvaro Pais ⁴, zurziu a sua pena contra a decadência da sua Ordem e, nas suas críticas à instituição, também destilou algum fel contra os estudos. Estas ideias estribavam-se em S. Francisco, pois claro, numa sua carta

² Cf. NIMMO, Duncan – *Reform and Division in the Franciscan Order*. Roma: Istituto Storico dei Cappuccini, 1995. A ter em conta também a excelente obra de Lazaro IRIARTE, OFM Cap. – *Historia Franciscana*. Valencia: Editorial Asis, 1979.

³ Cf., do Autor, *Arbor Vitae Crucifixae Iesu*. Prologus. Veneza, 1485, f. 2^a.

⁴ Cf., do Autor, *De Planctu Ecclesiae*, II, c. 66. Veneza, 1560, f. 164b-167b.

a S. António, em que defendia a subordinação do estudo à oração ⁵. Na tendência contemplativa da Observância, facilmente se pode adivinhar, no primeiro período – marcado por um eremitismo de natureza solitária e espiritualmente baseado na meditação e na ascese – uma ligação dos religiosos mais intelectualizados a essa repulsa pelos estudos e pela existência de casas e frades relacionados com o ensino.

No entanto, a partir de meados do século XV, verificou-se uma crescente adesão à Observância por parte de homens de cultura, o que alterou a posição inicial da mesma em relação aos estudos, aos quais era, como já se viu, de certa forma adversa (ou desconfiada) desde os seus alvares. S. Francisco de Lisboa, por exemplo, uma casa de frades cultos e com estudos, viu por exemplo, em 1400, Fr. Pedro Garcia, que ali residia e trabalhava, homem ao que parece de cultura e mundividência, solicitar ao papa ⁶ que este o deixasse passar ao estado eremítico com um grupo de outros religiosos, para um lugar ermo e onde pudesse abraçar mais vivamente um ideal de mais pura e integral observância da Regra. Um frade ao que parece culto, instruído, a aderir ao novo ideal de reforma da Ordem, preterindo um estatuto conventual, de vida acomodada e com privilégios e possibilidades patrimoniais de possuir algo de seu.

Todavia, inversamente, os estudos ganharam cada vez mais simpatizantes no movimento observante. Esta nova posição radica pois na figura de S. Bernardino de Siena (Siena, 1380 – Áquila, 1444), que lançou os estudos na Observância, sem prejuízo da vida contemplativa e do escopo da Pobreza e da solidão. Em 1425, na Piazza del Campo, na sua cidade natal de Siena, assim pregava: “Tenham estima aos estudos. Pensai que se os Bolonheses não tivessem tido estima pelos estudos, não seria Bolonha aquilo que é. Assim digo que o façais: tenham-lhes estima, que depois eles os ajudarão como ajudam a eles” ⁷. Não lhe agradava a rusticidade simples

⁵ F. ESSER, K., OFM – Die Opuscula des hl. Franziskus von Assisi. In *Spicilegium Bonaventurianum*. XIII, (s.l.), 1976, p. 153.

⁶ *Petro Garsia ord. Min., qui, ut asserit, in domo fratrum Min. Ulixbonem. salva conscientia nequit remanere, indulget, ut cum duobus vel tribus sociis, quoad vixerit, in aliquo eremitorio in loco solitario, alias ad hoc congruo et honesto, in regno Portugalliae vel extra, sub habitu tamen fratrum Minorum, stare et Deo servire libere et licite valeat*, in *Bullarium Franciscanum* [BF] prima serie (Sbaraglia-Eubel), Roma 1759-1904; Supplementum (Fl. Annibali a Latera), Roma 1780, nova série (Huntemann - Pou y Martì), Roma 1909-1959, VII, n. 300, n/ nº 5.

⁷ PACETTI, D. – La necessità dello studio: predica inedita di S. Bernardino. In *Bulletino di Studi Bernardiniani*. 2 (1936), p. 311.

da Observância primitiva, a falta de preparação dos frades para pregar ou confessar, algo que considerava edificante para a convicção e moral dos religiosos e um trunfo para a Observância em termos de adesão popular e de um maior contacto, portanto, com o povo. A via pastoral da confissão, direcção espiritual e pregação popular convocava, para maior municiamento e destreza daqueles que a abraçavam e pretendiam concretizar o projecto de reestruturação pela fé e pela vida santa pugnado pela Observância, num retorno à simplicidade, pureza e pobreza dos primeiros tempo, instrumentos de saber e conhecimento que só os estudos podiam potenciar, embora sempre alinhando pelo diapasão da vida regrada e despojada. Os estudos surgiam não como mecanismo de distinção entre os religiosos ou entre estes e os iletrados, mas como forma destes poderem aceder de forma mais frutífera ao povo, convertendo, moralizando, propiciando a reflexão e induzindo à salvação colectiva, para além de educarem, demonstrarem a validade da palavra de Deus e o exemplo das boas obras e cultivarem a formação individual, tudo tendo em vista os melhores resultados pastorais. Também o Beato Alberto da Sarteano e S. João de Capistrano foram homens de cultura e defensores dos estudos. Tinham tido formação universitária todos estes, como S. Tiago das Marcas também (em Perúgia). Ambos os três, a par de S. Bernardino Albizzeschi, ou de Siena, são considerados as colunas da Observância, as figuras referenciais e luminares do século XV, os fautores da mudança e da consolidação estruturante e institucional do movimento, que se solidificou em boa parte graças aos estudos, à existência de frades cultos e intelectualizados, à protecção dos poderes, que patrocinavam também os estudos e aposta na evangelização das populações. Sem formação, nada disto teria sido possível. Daí que os estudos tenham sido uma bandeira do santo de Siena, a qual passou para ideal observante. Do ponto de vista institucional, Capistrano deu um impulso decisivo nos *Estatutos* da Observância Cismontana (Itália e Adriático) de 1443 (capítulo IX das *Ordinationes... fr. Ioannis de Capistrano*)⁸, que depois passaram para os Ultramontanos (para o resto da Europa, “para cá” dos Alpes, para os italianos significa “para lá”)⁹. O Capítulo Geral de

⁸ Editados in *Chronologia Historico-Legalis Seraphici Ordinis Fratrum Minorum*. I. Nápoles, 1650, fl. 106 e ss.

⁹ PIANA, Celestino – *L'evoluzione degli studi nell'Osservanza francescana nella prima metà del '400 e la polemica tra Guarino da Verona e fra Giovanni da Prato a Ferrara (1450)*, p. 249 ss., in *STUDI FRANCESCANI* VII (1982), “Analecta Pomposiana. Studi di Storia Religiosa delle Diocesi di Ferrara e Comacchio”.

Barcelona de 1453 foi o marco decisivo de arranque dos estudos entre os Observantes e de redefinição ulterior em toda a Ordem, quando foram entendidos como algo verdadeiramente crucial para a afirmação do movimento reformista e do impacto da Ordem na população.

Passava-se da *sancta rusticitas* ao dever do estudo ¹⁰, como elemento definidor e impulsionador da reforma Observante. Portugal foi permeável a esta importância dos estudos como mola dinâmica do movimento. A implantação do instituto seráfico dos vigários provinciais da Observância em 1446 foi decisiva para uma visão diferente da formação dos religiosos como veículo potenciador de uma melhor e mais frutuosa actividade pastoral. A afirmação dos Observantes a partir da aplicação das Constituições de 1446, que entram executoriamente em Portugal em 1447, recebeu dos estudos o balão de oxigénio e a identidade distintiva que necessitava para emergir e se autonomizar face aos Conventuais. Sem os estudos, a *santa rusticitas* dos eremitérios e dos frades soltos ou apenas orientados por escopos contemplativos e afastados do mundo continuariam a marcar a Observância, agrilhoadas a essas características que apesar de lhe conferirem uma marca diferente em termos de reforma não lhe possibilitavam o avanço institucional para uma afirmação orgânica e capaz de atrair vocações e poder pensar objectivamente na reforma dos Franciscanos e da sociedade do seu tempo. Autonomia era sem dúvida o conceito chave para que o movimento da Observância vingasse do ponto de vista institucional e não se quedasse numa bravata continuada e dispersa pela Europa. Foi mesmo Ubertino de Casale quem incutiu já no seu tempo esta tese: é impossível a reforma sem a autonomia ¹¹.

Por isso também em Portugal tiveram que surgir religiosos a bater-se pela causa da afirmação do movimento através da edificação intelectual e científica e não apenas pela diferença assente nas singularidades do hábito, da forma de vida, da quaresma perpétua, do ermo e da vida na montanha, junto ao mar, ao sabor da natureza. Os estudos levaram a Observância da peri-urbanidade ou da ruralidade/montanha para a vila ou para a cidade ou maior proximidade das portas das muralhas destas, para junto dos poderes que financiavam e apoiavam a causa dos estudos. Os quais, os estudos, exigiam maiores conventos para que se pudessem desenvolver, em aulas,

¹⁰ *Ibidem*, pp. 249-316.

¹¹ Cf. Introdução, por Gustavo Parisciani, OFM Conv., da edição crítica dos *Regesta Ordo Fratrum Minorum Conventualium I (1488-1494)*, in *Fonti e Studi Francescani*. I. Pádua: Centro Studi Antoniani, 1989, p. XXXI.

bibliotecas, residência de formandos e de formadores, noviciados mais pedagógicos e letrados e menos ascéticos e espirituais. Novas construções mais amplas e próprias para acolher mais religiosos e estudantes, em vez dos acanhados eremitérios e oratórios, também para permitirem a passagem de figuras de relevo na formação, a actividade de escrita e produção e cópia de livros e textos para as bibliotecas e para uso diário, mesmo para a investigação teológica e mais tarde para a cronística. Por tudo isto, éis que surgiu a tendência conventualizante da Observância, não tanto sinónimo de decadência moral ou de costumes, ou na observância da Regra (ainda que tal se registasse também), antes ligada em boa medida aos estudos e a todo o investimento patrimonial, cultural e até artístico que estes implicavam. Recorde-se uma

*Carta de D. Manuel ao feitor da Flandres para dar a Fr. Pedro d'Eça, frade da Ordem de S. Francisco, a tença anual de 15 cruzados, enquanto estudasse Teologia ou Artes em Paris.*¹²

Este Fr. Pedro d'Eça era, de acordo com Anselmo Braancamp Freire¹³ um franciscano português da Observância, tendo sido contemplado com vinte cruzados “cada ano por seis anos no estudo de Paris”. Há ainda o caso de uma súplica de Fr. João Peres, publicada também no *Chartularium*¹⁴, datada de 1516:

Súplica de João Peres, franciscano sob a obediência dos ministros geral e provinciais, a fim de viver sob a obediência sobredita na província de Portugal ou de S. Tiago de Compostela, e poder frequentar, durante sete anos, um estudo geral, apesar de quaisquer acordos entre os frades conventuais e os da Observância.

¹² *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*, por Artur Moreira de Sá (compil.), Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1966-2003 [*Chartularium*], cf. t. XI, **4497**, 1513, 13 de Dezembro, pp. 235-236, apud IAN/TT – *Corpo Cronológico*, parte I, mç. 14, doc. 25. Publicado por Luís de MATOS – *Les Portugais à l'Université de Paris entre 1500 et 1550*. Coimbra, 1950, pp. 17-18.

¹³ FREIRE, Anselmo Braancamp – *Notícias da Feitoria de Flandres, precedidas dos Brandões Poetas do Cancioneiro*. Lisboa, 1920. Cf. Luís de MATOS – *Les Portugais à l'Université de Paris...*, pp. 18, 23 e 169, que distingue o Fr. Pedro de Eça deste documento de 13 de Dezembro de 1513 de outro de 7 de Agosto de 1516, que seria Fr. Pedro de Sá (*pedro de çaa*, p. 23).

¹⁴ *Chartularium*, t. XI, nº **4689**, 1516, 14 de Novembro, pp. 426-427, extraída de ASV, Reg. Suppl. 1542, fl. 196.

Talvez fosse este religioso um frade franciscano reformado, provavelmente do Santo Evangelho e da custódia, futura província, de Santa Maria da Piedade, das terras do duque de Bragança. A súplica reflecte a preocupação dos franciscanos observantes e reformados em conciliarem a observância da pobreza e humildade franciscanas com a necessidade dos estudos superiores para o apostolado, na tradição bernardiniana.

Um dos grandes defensores desta nova vertente da Observância foi **Fr. João da Póvoa**, a mais importante figura franciscana do movimento em Portugal até começos do século XVI (a data da sua morte, em 1506) e mesmo muito depois, sem que ninguém, porventura, jamais, o tenha igualado em prol da causa que abraçou a partir da sua profissão religiosa. Quase todos os que o conheceram ou biografaram D. João II, de quem foi confessor e testamenteiro, como se verá, lhe fazem o elogio e o dignificam, fazendo dele talvez a mais importante figura do universo das Ordens Religiosas na segunda metade do século XV. Todavia, é ainda um verdadeiro desconhecido da historiografia, da literatura, do mundo religioso, que ainda não lhe fizeram a biografia merecida e o trouxeram à modernidade. Pela importância que teve na Observância franciscana portuguesa, procuraremos nestas linhas traçar-lhe um pouco esse perfil biográfico, na medida possível, tanto quanto as fontes documentais e publicadas nos podem ajudar.

(...) *Joannes a Popula, Lusitanis da Pavia, de quo superius diximus, reliqua in hunc locum referentes, vir pius, prudens, et sui Instituti serventissimus zelator, unde septimum Provinciae Portugalliae Observantes se illius regimini commiserunt. Ovem Comitibus aut Congregationibus Generalibus interfuit, ad quas nud is ibat pedibus absque calceis aut scandaliis Sacras confessiones excipiebat Joannis II. Regis Portugalliae; in aula tamen eo dumtaxat manebat tempore, quo munus istud obibat. Dum apud Clarissas Visitatoris exerceret officium, noluit quidquam, neque ipsum cibum ab eis accipere, ut liberius oberrantes posset corrigere. Ubi licebat, ad secessum Coenobii insulae sanctae Mariae, quod diximus, recedebat. Defunctus hoc anno, jacet in claustro Coenobii Conceptionis de Matozinhos in Lusitania, prope ostium aulae capitularis, ubi memini me saepe legisse in marmore nigro incisam honorificam illius memoriam*¹⁵.

Assim de forma resumida, outra grande figura da franciscanidade portuguesa de outros tempos, Fr. Luke Wadding, OFM, frade irlandês que noviciou e professou em Portugal em finais de Quinhentos (precisamente

¹⁵ *Annales*, t. XV. Roma: Rochi Bernabò, 1736, p. 360.

no convento de Leça, onde morrera algumas dezenas de anos antes Fr. João da Póvoa), por cá permanecendo alguns anos antes de rumar a Salamanca e a Roma, no século XVII – de quem falta a biografia em língua portuguesa que merece – assim se referiu, dizíamos, aquele cronista a Fr. João da Póvoa, considerando-o um

(...) vir pius, prudens, et sui Instituti serventissimus zelator (...)

uma figura de primeira grandeza e um exemplo para a sua posteridade. Confessor del Rei D. João II, sete vezes Vigário Provincial, foi protector de artistas e iniciativas de embelezamento simples e humilde das suas comunidades, tendo sido talvez a figura eclesiástica portuguesa mais conhecida na Europa do seu tempo, a par de D. Jorge da Costa, até ao advento do grande D. Miguel da Silva, *il vero corteggiano*, na primeira metade do século XVI.

Na sua pedra tumular, no convento de Nossa Senhora da Conceição de Leça, Matosinhos, assim está escrito também:

Noviesque ad diversa generalia Capitula pedos perrexit

(“que fora votar nove vezes a diversos Capítulos gerais”). Capítulos gerais da Ordem? Generalíssimos não,

(...) pois no tempo em que elle podia ser Vogal, não foy celebrado mais do que hum no anno de 1506 que he o de seu falecimento.

Repondo a verdade ao que neste epitáfio está escrito, recordemos que aqueles capítulos generalíssimos só se realizavam de seis em seis anos. Se multiplicarmos 9 x 6 temos um arco cronológico de 54 anos, que seria quase toda a vida de Fr. João e ultrapassaria o período em que esteve como vigário da Observância portuguesa ou com responsabilidades que o obrigassem a ir a essas reuniões magnas dos Franciscanos. Começou a fazê-lo em 1464 e não em 1452, além de ter sido vigário só a partir de 1475.

E como as memorias da nossa Provincia referem que elle votara a primeyra vez nestes Capitulos por Discreto dos Discretos no anno de 1464 aos quaes juntos os 54 annos, o mostrão ainda vivo no de 1518, o que não he verdade,

pois morreu em 1506. Assim refere Fr. Fernando da Soledade numa curta tentativa de resenha biográfica desta figura, que de todos mereceu elogios,

principalmente pela simplicidade, austeridade e sentido de missão, sempre cumpridos dentro dos preceitos da pobreza e da humildade seráficas ¹⁶.

Ora, aqueles capítulos não eram, como antes vimos, nem Generalíssimos, nem da Ordem, mas apenas da Família Ultramontana, em que se elegiam os Vigários da Família, que eram celebrados todos os triênios. Como ele foi eleito sete vezes Vigário da Província, teve ocasião de ser convocado muitas vezes, além de outras, em que o elegeram para esse efeito. A Família Ultramontana compreendia todos os conventos, oratórios e eremitérios da Observância ou por ela reformados para cá dos Alpes, excluindo-se, assim, a actual Itália, os Balcãs e a Europa de Leste e Mediterrâneo Oriental, que se designava de Família Cismontana (na perspectiva italiana).

ELEIÇÕES DE FR. JOÃO DA PÓVOA

	Ano	Eleição	Capítulo / Local
1	1464	Votou a 1ª vez por Discreto dos Discretos	Capítulo Geral/ Malines
2	1472	Idem, 2ª vez. Nomeado Agente da Confirmação do novo Vigário Geral	Basiléia
3	1475	Era Vigário Provincial pela 1ª vez	Audemer (Fr.)
4	1478	Idem, 2ª vez	Tours (Fr.)
5	1484	Idem, 3ª vez	Bourges (Fr.)
6	1487	Era Vigário Provincial Fr. Afonso de Alenquer: foi como seu Comissário	Aquitânia (onde?)
7	1496	5ª vez Vigário Provincial, assistiu “com voto”	Toulouse
8	1502	6ª vez “ “	Albi
9	? (1489?)	Vigário Provincial	(Capítulo Geral), Província de Tours (<i>Rupela?</i>)

Nasceu Fr. João na diocese de Coimbra, no lugar da Póvoa, em Tentúgal, perto de Coimbra, próximo do convento onde noviciaria mais tarde, Stª Cristina de Tentúgal. Com nove anos de idade, no Natal de 1448,

¹⁶ SOLEDADE – *História Seráfica...*, Lisboa: Off. Manoel Joseph Lopes Ferreyra, 1705, t. III, p. 155ss., n. 242ss. Todas estas viagens as fez a pé e pedindo esmola, como autêntico filho de S. Francisco de Assis.

tomou o hábito naquela casa observante de Tentúgal ¹⁷. Refere Esperança que era Fr. João uma figura amadurecida já na tenra idade: com dezasseis anos e meio, o que terá sido em 1455, foi nomeado pelo vigário provincial de Portugal dos Observantes, Fr. Gil de Guimarães (1456-1459) para ir a Castela, em seu nome, tratar de assuntos importantes com o Vigário Geral da Observância, relacionados provavelmente com o governo dos frades franciscanos reformados portugueses. Tudo parece ter sido bem resolvido, apesar da precocidade da idade e da falta de formação eclesiástica e experiência internacional. Provavelmente, seria, ainda que muito novo, um frade predestinado a altos cargos e responsabilidades, pela inteligência que demonstrava e talvez pela capacidade e entrega à causa da Observância.

Já ordenado sacerdote, talvez com quase vinte e cinco anos de idade, o que aponta para o ano de 1464, foi nomeado Discreto pelos vogais em capítulo da Observância portuguesa, um cargo também de importância e atribuído a religiosos experimentados e com tirocínio em prelazias ou cargos conventuais de direcção ou formação e instrução. A acreditar nesta incumbência ao jovem sacerdote, estaríamos, em Fr. João da Póvoa, perante uma figura talhada para actividades e cargos directivos. Poderá mesmo ter estado no capítulo provincial de Portugal de 1465, do qual saiu nomeado vigário provincial pela 1ª vez Fr. António de Elvas (1465-1468). A sua nomeação para Discreto em 1464 poderá ter-se relacionado com a intenção do vigário provincial Fr. Gonçalo de Lisboa de o enviar ao capítulo geral da Ordem, que se realizaria em Malines (ou Mechelen, na actual Bélgica). Em 1472 esteve ainda no capítulo geral de Basileia, na actual Suíça, com trinta e três anos então, mas já com incumbências ao mais alto nível e junto das figuras de proa da Observância europeia. Foi unanimemente, por todos os religiosos em conclave, designado para ser enviado ao Ministro Geral a solicitar a confirmação das decisões saídas do capítulo de Basileia. Foi, deste modo, a Veneza cumprir tal missão, indo depois a Roma, tudo parece que no Verão de 1472, pois o capítulo ter-se-á realizado antes daquela estação, pelo Pentecostes. Em Roma terá ainda tratado de outros mesteres importantes para a Província de Portugal, segundo depreende Fr. Manuel da Esperança da leitura de memórias e outros documentos que até nós não chegaram ¹⁸.

¹⁷ ESPERANÇA, Fr. Manuel da – *História Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal*. I. Lisboa: Of. Craesbeeckiana, 1656; II. Lisboa, Of. Antonio Craesbeeck de Mello, 1666. Cf. T. II, p. 448.

¹⁸ *Ibidem*.

O mesmo cronista recorda igualmente que nunca até então Fr. João usou estas deslocções e a sua presença e influência em tão graves areópagos franciscanos para se promover ou resolver assuntos próprios. Assistiu, recordamos, nove vezes aos capítulos gerais, algo invulgar, tanto na qualidade de vigário provincial como de Comissário “dos que não podiam ir”, para além de ter estado, como se viu, na qualidade de Discreto da Província. Atravesou nestas viagens várias vezes a França, a Espanha, a Flandres, a Alemanha e a Itália, a pedir esmola e a dormir onde pudesse ou onde o deixassem.

Com trinta e cinco anos de idade tinha já sido várias vezes Guardião (superior de convento), o que parece o aborrecia e enfasiava de tantas vezes o ter sido até então, tão novo era. O cargo que mais o notabilizou foi porém o de Vigário provincial, que ocupou pela primeira vez então nessa idade de 35 anos, em 1474, tendo sido o 11º desde 1447, ano em que se instituiu o vicariato provincial da Observância no seio da Província de Portugal. Não foi um eterno vigário até à morte, porque os estatutos da Observância da Ordem lho vetavam, como aos outros titulares de tal cargo, de forma a que existisse alternância no governo e se afastasse a acomodação aos lugares pelos religiosos, situação que se pensava ser passível de fazer perder, nos vigários, intenções ou motivações renovadoras ou reformistas, que eram de capital importância para o desenvolvimento da Observância.

VICARIATOS PROVINCIAIS DA OBSERVÂNCIA EM PORTUGAL POR FR. JOÃO DA PÓVOA

Nº Ordem de Fr. João da Póvoa	Nº Ordem	Período	Duração
Fr. João da Póvoa 1ª vez	11º	1474-1477	3 anos
Fr. João da Póvoa 2ª vez	13º	1477-1480	3 anos
Fr. João da Póvoa 3ª vez	15º	1483-1486	3 anos
Fr. João da Póvoa 4ª vez	17º	1489-1492	3 anos
Fr. João da Póvoa 5ª vez	19º	1495-1498	3 anos
Fr. João da Póvoa 6ª vez	21º	1501-1502	1 ano
Fr. João da Póvoa 7ª vez	23º	1505-1506 (†)	1 ano

Ainda que tenha alternado no cargo com outros, o que era canonicamente correcto, não deixou nunca de ser uma alternativa a todos os que lhe sucederam no fim de cada triénio em que governava. Apenas não terminou o triénio primeiro no vicariato que ocupou em 1501, pois resignou em 1502, na sexta e penúltima vez que ocupou o cargo, e depois em 1506,

quando a morte lhe adveio, ao fim de um ano deste seu sétimo governo dos Observantes portugueses. Por isso, em trinta e dois anos e meio, foi vigário durante dezassete anos, mais de metade dessas três décadas, entre os 35 e os 67 anos de idade. Muitos lhe chamavam Ministro Provincial, o que é errado, pois este cargo até 1517 foi detido pelos Conventuais, a que Fr. João da Póvoa não pertencia ¹⁹.

Em 1501 era Vigário Provincial da Observância Fr. Gonçalo de Lamego (acabava neste ano a sua prelazia como Vigário da Observância), sendo Ministro Provincial (Conventuais) Fr. Luís de Rás ²⁰. A 1 de Maio de 1501, reuniu-se o capítulo provincial da Observância em Portugal em S. Francisco de Alenquer. Convocado como vogal, acabou Fr. João da Póvoa por ser eleito vigário provincial pela sexta vez.

(...) e posto que a sua muyta prudencia, zelo, e sofrimento tinham condescendido nas eleições passadas, nesta exclamava, e requiria a virtude com as vozes das lagrymas, que era ja tempo de assistir somente na soledade da cõtemplação. ²¹

Estava então a residir no convento de Xabregas, em Lisboa,

(...) onde o foy buscar esta dignidade com grandes temores de repulsa.

Renunciou quatro vezes ao cargo, que nunca quis ocupar, sempre lavado em lágrimas e acabando por ser convencido pelos Vogais e petições de outros religiosos; mas os que o elegiam acabavam por o conseguir demover da teimosia, embora de forma a não lhe dar outra hipótese. Recordando a sua sexta eleição como Vigário Provincial, os religiosos presentes no capítulo provincial, prevendo as recusas de Fr. João da Póvoa em ocupar o cargo, recorreram antes da eleição ao Ministro Provincial para que este confirmasse todos os procedimentos saídos do Capítulo de Alenquer ²². Para evitar perturbações e impasses, Fr. João da Póvoa foi forçado a aceitar o cargo. Mas uma outra razão terá pesado sobremaneira,

(...) porque lhe propuzeram a grande necessidade que havia em (...) a Observancia Portuguesa de hum Prelado incontrastável, e de valeroso espirito, o qual a defendesse das grãdes oppressões, que os Padres

¹⁹ ESPERANÇA, II, p. 489.

²⁰ SOLEDADE, t. IV, pp. 2-4.

²¹ ESPERANÇA, II, p. 489.

²² SOLEDADE, IV, p. 3.

Claustraes lhe davam por este tempo, e não se enganaram, porque a experiência lhes mostrou o bõ acerto deste seu destino.

De facto, Fr. Egídio (Gil) Delfim de Amelia, Ministro Geral, declaradamente anti-observante, como os seus antecessores, tentou no ano de 1501 “destruir” a Observância. Alcançou, para tal, autoridade do Papa para visitar os conventos da Observância e de reformar tudo

(...) aquillo que parecesse trãsgressão do Instituto Serafico ²³.

O papa Alexandre VI, Bórgia, talvez pensando que a Observância tivesse decaído, aceitou os falsos propósitos do Geral, que era da tendência “conventual”, conferindo-lhe todos os poderes necessários para a “reforma” da Observância, que era pois também uma “reforma”, mas entendida entre os Conventuais como algo transgressor do instituto seráfico herdado de S. Francisco. Lançou então o Geral, de imediato, uma transferência de Conventuais para conventos de Observância e vice-versa, de forma a misturar na mesma casa frades de tendências diferentes e a forçar a redução dos rigoristas e reformistas observantes ao antigo estado da Claustra (Conventualidade). Em Portugal, pouco depois de 1502, provando a sua tendência reformista, de zelo da Observância regular e moldada no rigor e na pobreza, Fr. João da Póvoa logo se opôs a tal intenção do Geral, pois era conhecedor, de antemão, dos intentos de Fr. Delfim e tudo o que de grave se tinha já passado em conventos italianos, o que atesta a sua universalidade, prestígio internacional e acompanhamento da evolução da Observância noutras regiões.

Mas havia em Portugal, como noutras províncias franciscanas, frades Observantes menos contentes ou satisfeitos com o estado da Reforma no País, o que os levou a aceitar a mudança proposta pelo Geral Delfim de Amelia. O que fez com que o Ministro Provincial Fr. Luís de Raz (ou Rás) logo tenha executado as directivas do Geral muito prontamente, ordenando aos “seus” confrades conventuais que logo se passassem aos conventos da Observância, “onde os fazia moradores” ²⁴.

Contra este projecto de reforma executado em Portugal pelo provincial Fr. Luís de Raz, se opôs vigorosamente Fr. João da Póvoa, para o que teve, provavelmente, apoio tácito da realza portuguesa, fazendo com que

²³ *Ibidem.*

²⁴ SOLEDADE, IV, p. 4

esta conseguisse manter as imunidades que o Papa Eugénio IV (1431-1447) havia conferido à Observância em 1446 e blindasse a reforma observante às tentativas de “ataques” exteriores, de retorno à *prima forma* que os Conventuais intentavam, estribados nas disposições do Geral e da confirmação de Fr. Luís de Raz. O Vigário Geral Ultramontano também se insurgiu contra estas iniciativas do Ministro Geral, conseguindo a revogação da bula anterior que concedera as faculdades “reformadoras” a Fr. Egídio Delfim de Amélia ²⁵.

No referido capítulo provincial de Alenquer de 1501, sendo então o Pe. Póvoa guardião de Xabregas, acabou por não aparecer na reunião. Todavia, os Vogais ali em conclave elegeram-no vigário provincial na sua ausência, de forma rápida e secreta, logo procurando a confirmação do Ministro provincial, Fr. Luís de Raz, que a deu. Chamado a capítulo, prudentemente lhe comunicaram, de forma irreversível, que ele tinha sido eleito, o que terá surpreendido o frade, que obediente logo se submeteu à decisão. No entanto, não descansou enquanto não se livrou do cargo, que achava uma dignidade, uma valorização não condizente com o seu espírito humilde e regrante. Para tentar afastar-se do cargo, decidiu ir ao capítulo geral em Albi, no sul de França, em 1502, abdicando do envio de um Comissário em seu nome. Uma viagem difícil e comprida esperava o frade, que dela esperava lhe causasse cansaço suficiente para o retirarem do governo da Observância portuguesa, o que sucedeu no seu regresso.

Chegara de França, naquele ano de 1502, o Pe. Fr. João da Póvoa. Tinha então 63 anos e um grande desgaste e sentia uma enorme cansaço por estar pela sexta vez como Vigário Provincial da Observância em Portugal numa reunião franciscana ao mais alto nível. Esta ida ao Capítulo Geral de Albi, no Sul de França, terá sido a nona vez que tinha ido a uma reunião do género. Vários eram já os países da Europa por si percorridos, sem outra preparação

(...) que não a confiança na Divina Providência, a pé, muyto alegre.

Por isso não será de admirar que padecesse então de

numerosas fadigas, e incommodidades innumeraveis.

A sua precocidade e valia, combinadas com as asperezas e severidades a que o seu rigor e zelo pela pobreza impeliam o seu carácter, começavam

²⁵ *Ibidem*, pp. 10-13.

a deixar marcas físicas de fadiga e incapacidade, num religioso que provavelmente vivia em quaresma perpétua desde a infância, o que *per si* é debilitador de qualquer ser humano. Ponderando as palavras de Esperança ²⁶, tudo indica que esta jornada a Albi, ida e regresso, lhe derreara imenso as forças, tendo considerado mesmo ser impossível a manutenção do cargo de Vigário, para que fora eleito um ano antes. Provavelmente preferiria que alguém fizesse de forma correcta e direita o governo da Observância em Portugal em seu lugar, e não ele com os defeitos e incorrecções que o seu cansaço e idade provocavam, inibidores e impeditivos de cumprir com o máximo de capacidades tão importantes desígnios e cargos. Estava pois já a sua alma amortalhada num corpo cansado e vencido pelas agruras e rigores da sua passagem pelo “vale de lágrimas” terreno, merecendo um descanso contemplativo num qualquer oratório solitário e pobre de que muito gostava, como a Ínsua (Caminha, onde existia um conventinho da Observância desde 1392), que tanto prezava.

Mais tarde melhoraria da moléstia de fadiga de que padecia, que mais não era do que um cansaço acumulado resultante das duras e longas caminhadas que empreendera para ir a Albi e regressar ao País. Achava este religioso que quem era trôpego e aleijado não era competente para o governo de frades, que professavam andar a pé calcorreando o mundo. Considerava pernicioso e mau precedente – como também um mau exemplo (acreditando nas palavras de Esperança e o facto de ter tido acesso a muitos cartórios medievais e a documentos escritos pelo Pe. Póvoa) – que os seus religiosos confrades andassem a pé e ele, como prelado (fosse guardião, fosse vigário, fosse em qualquer outro cargo ou missão), se deslocasse de liteira, como se de um enfermo se tratasse. Por isso, naquele estado de doença ocasional, teimou em renunciar ao Vicariato da Observância portuguesa ²⁷, de forma a não ser portador de maus exemplos na Ordem, evidenciando uma humildade e simplicidade paradigmáticos mas talvez raros em meados de Quinhentos.

Este austero e rigoroso frade franciscano português, conhecido por Fr. João da Póvoa, veio a falecer, como já se disse, em 1506, depois de também ter sido confessor de D. João II, cargo que todos os cronistas e autores recordam e que dele são aquilo que mais lhe dá fama e memória, para além do feito

²⁶ ESPERANÇA, II, p. 489.

²⁷ *Ibidem*, pp. 53 e 57-58. Cf. também, sobre Fr. João da Póvoa, SANTÍSSIMA, Fr. Manuel de Maria – *Historia da Fundação do Real Convento e Seminário de Varatojo*. T. I. Porto: Antonio Alvarez Ribeiro, 1979, pp. 54-55 e 312.

inédito de ter deixado escritos por mão própria Memórias e Inventários por todos os oratórios e eremitérios da Observância portuguesa por onde passou ou que visitara no exercício de qualquer cargo provincial. Muitos desses escritos desapareceram ao longo do século XVI e alguns que lhe sobreviveram foram depois desaparecendo na centúria seguinte ou sendo alterados e perdendo o sentido e características originais. De Fr. João da Póvoa, subsistem ainda ²⁸:

- [Catálogo dos Vigários Provinciais da Observância, de 1447 a 1506.]
- *Enuentayro del sam Clamente feyto/ per frey Joham da po/uoa vigayro prouin/cial seendo vigayro da ca/sa frey diego de poom/bal a XXIº doutubro/ Anno domini CCCCº xxiiij.*
- [Memórias soltas: I. Da fundação do Mosteiro de N. S^a da Conceição. II. Da construção do Mosteiro de N. S^a da Conceição. III. O abandono do mosteiro antigo. IV. A imagem da Virgem. V. Do frade relojoeiro e de outro serralheiro.]
- Inventários de Santa Maria da Ínsua (1474) ²⁹

Este religioso, como se depreenderá da leitura e análise destes textos, preocupou-se sempre em enriquecer as Livrarias dos conventos, um costume que introduziu na Observância portuguesa nos seus vicariatos e que os seus sucessores se esforçaram por continuar, mesmo depois da sua morte em 1506 ³⁰. Procurava os livros que achava possíveis obter e que fossem úteis aos conventos que lhos solicitavam, como fez com o exemplar impresso do *Super artem veterem Porphyrii et Aristotelis expositio*, de Gualter Burleus, em edição de 1472 ³¹, o que prova, segundo Fr. Félix Lopes, que Xabregas seria uma casa de estudos em que

²⁸ Cf. LOPES, Fr. Fernando Félix, OFM [1902-1990] – *Colectânea de Estudos de História e Literatura*. T. I. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1997, pp. 16, 324s, 358.

²⁹ Publicados por CARVALHO, José Adriano de Freitas – *Nobre Leteras... Fervosos Volumes... Inventários de Bibliotecas dos Franciscanos Observantes em Portugal no Século XV. Os traços de união das reformas peninsulares*. Porto: [s.l.], 1995. Anexo da revista *Via Spiritus*, in “Biblioteca da *Via Spiritus* I, a partir de documento existente no Arquivo Distrital de Braga-Univ. Minho, com a cota F-5 do Fundo Monástico-Conventual, no “Cartório Antigo do Convento de N^a S^a da Ínsua de Caminha”.

³⁰ LOPES, Fr. F. Félix, OFM – *Colectânea...*, p. 324. Vd. Códice manuscrito n^o 1748 da Livraria do Convento de Xabregas, *Liber sermonum mirabilium, de um Anónimo*, historiado por Fr. João da Póvoa.

³¹ *Ibidem*.

nas primitivas ciencias e em que a sancta Teologia sejam ensinados” os frades ³².

Cuidou pois de prover de livrarias os conventos e oratórios, também pela utilidade e instrução dos livros, a sua importância litúrgica e de meditação dos religiosos na cela. Como a imprensa ainda não era comum ou funcionava esparsamente, muitos livros eram por ele copiados (“que tinha boa penna”) ou pelos seus súbditos a ordens suas. As primeiras crônicas da Ordem, manuscritas, as ditas dos “Vinte e Quatro Gerais”, foram por ele oferecidas à comunidade de Alenquer, ordenando também a Fr. Francisco de Sevilha a escrita da Lenda dos Santos Mártires de Marrocos, que depois ficou custodiada em Santa Cruz de Coimbra. Mandou também compor os Milagres de Nossa Senhora das Virtudes, então dispersos em papéis particulares, soltos. Sempre que saía do País, regressava com livros, chegando até Fr. Nuno de Portalegre a seu mando a ir buscá-los à feira de Medina, em Castela, como outros de Roma também. Mandava prover as casas de obradeiras, instrumentos de ferro para fazer hóstias, que as mandava comprar em Sevilha. Também a Santo António da Castanheira ofereceu Fr. João da Póvoa um *Floreto* de S. Francisco, que custou em Lisboa 300 réis, o qual procurou obter de propósito para aquele convento e mandou encadernar em Xabregas a Fr. Álvaro da Ilha, em 1493 ³³.

A sua biografia mais completa foi feita por Fr. Manuel da Esperança ³⁴, aquele que mais páginas dedicou até hoje àquele ilustre varão franciscano,

(...) a mais forte coluna da Observância portuguesa, um perfeito prelado ³⁵.

Muitas foram as comissões e serviços ordenados pelos Vigários gerais: constantes e inúmeras, desde Visitador da Província, Comissário do Geral, com autoridade plenária sobre o Provincial, conselheiro dos comissários, na prática, podemos dizer que era ele quem governava a Observância quando não era vigário, o que faz dele como o pilar da Observância portuguesa da segunda metade de Quatrocentos.

Mesmo quando se escondia no eremitério da Ínsua, lá o iam procurar com cargos e comissões, sempre a contragosto de Fr. João. Dizia-se que

³² *Ibidem*, p. 325.

³³ *Ibidem*. A encadernação primitiva ainda se conserva no Incunábulo 175 da Biblioteca Nacional de Lisboa.

³⁴ ESPERANÇA, t. II, 487-497.

³⁵ *Ibidem*, p. 487.

Deus o aconselhava no governo quando o religioso meditava ³⁶, governando com “palavras e exemplos”, com espírito organizado e rigoroso. Aumentou o número de casas da Província, tratando de reformar outras. Ordenou ainda a Fr. João da Comenda (um famoso frade relojoeiro e seralheiro daquela época) que fizesse nove relógios para

(...) *que todos os frades andassem compassados, & tão certos no cumprimento de suas obrigações como o mesmo relógio* ³⁷.

Como prelado, das suas visitas resultava sempre um inventário, por mais breve que fosse, da pobreza das casas, para além de memórias sobre a Ordem e a Observância, à laia de exemplo para os seus súbditos ou confrades. Memórias soltas apenas, não tendo feito nunca tratados, nem histórias, nem livros ³⁸.

Teve sempre um grande fervor de reforma da província portuguesa, tendo sido mesmo o ideólogo da primeira recolção (casa de recolhimento de frades, numa perspectiva de vida de clausura permanente ou durante determinado tempo) em Portugal, que foi a primeira da Ordem ao que parece, a acreditar em F. Manuel da Esperança ³⁹. Demonstra esse apreço pela reforma da Ordem o ter sido um grande admirador da recolção e pobreza da vida na Ínsua, onde muitas vezes se recolhia, para além de ter lutado contra a extinção desta casa tão devota, que se transformou em convento a partir das obras empreendidas em 1471, a instâncias de Fr. João da Póvoa, que muito diligenciou para as mesmas, melhoradoras que foram das instalações e capacidades do oratório, mais tarde também transformado em casa de formação, por iniciativa deste religioso.

Foi, sem dúvida, um verdadeiro cultor e apreciador da Pobreza Seráfica, assinando muitas vezes *Fr. João da Povia, fraire pobre de S. Francisco*. Vários episódios lhe são atribuídos à luz deste seu apego ao zelo e rigor da vida em pobreza e penitência na Observância. Certa vez em Leiria, conta-se, ficou furioso com o uso processional de uma cruz de prata pelos religiosos do convento, dizendo que uma de pau faria o mesmo serviço ⁴⁰. Também em S. Clemente das Penhas, no *Inventário* de 1474, ficou lívido quando deparou com almofadas (cabeçais) de penas no espólio conventual,

³⁶ *Ibidem*, p. 490.

³⁷ *Ibidem*.

³⁸ *Ibidem*, p. 491.

³⁹ *Ibidem*.

⁴⁰ *Ibidem*.

mandando que dali as retirassem imediatamente. Mas quando viu na Castanheira uns almadaques de lã por colchões, rotos e mal amanhados, assim sentenciou:

Isto nom he segundo consciencia, porque perece a pobreza, e o sobejo nos faz nom sentir a mingoa, nem aproveitar as cousas pobres

Já em Viseu, tendo visto os frades de Orgens “bem vestidos”, o que o entristeceu deveras, logo escreveu:

Temo que nesta parte a pobreza he maltratada, e anda mendigando de porta em porta, e nenhum fraire a quer aver por hospeda, nem amiga: como assi seja que ella devia ser senhora dos Fraires Menores, e ella devia ser honra delles, porque os faz Reis, e herdeiros do reino dos Ceos ⁴¹.

Até na Ínsua, pobre oratório, encontrou este zeloso frade motivos para se queixar do amor à pobreza por parte dos religiosos deste convento:

A pobreza nos he vituperio a muitos segundo nossa triste, e fresca virtude: emperò a pobreza nos he riqueza, e o vituperio por Christo nos he honra; e do muito, e nom do pouco avemos de dar estreita conta a Deos ⁴².

Não demonstrando grande vontade de tal fazer, só a custo e perante a garantia de se cumprir em rigor os preceitos da Observância é que vinculou o mosteiro da Conceição de Beja (das Irmãs Concepcionistas, monjas de clausura) àquele ramo franciscano de que era vigário. O pedido foi insistentemente feito pelos fundadores do dito mosteiro, os infantes D. Fernando e D. Beatriz, pais de D. Manuel I e da rainha D. Leonor.

Também interviu na tentativa de cisão dos conventos da Madeira, apesar das letras papais tendentes a tal, tendo que convocar o apoio real de D. João II para evitar a secessão, o que conseguiu, recorrendo também, com o apoio do soberano, em última instância ao papa Inocêncio VIII, em 1485. Estava então o Pe. Póvoa no seu terceiro vicariato provincial (1483-1486).

A sua humildade e simplicidade faziam com que aceitasse os cargos que lhe atribuíam, mas sempre resignado e protestando sempre ao assinar

Fr. João da Povia, indigno Vigairo Provincial,

⁴¹ *Ibidem*, p. 492.

⁴² *Ibidem*.

não por questões de estilo mas por puro despojamento, como surge nos inventários e memórias que subsistem. Nos elencos de religiosos de comunidades a que pertencia ou onde se encontrava em visita, quando citava os nomes daqueles e neles tinha que incluir o seu, apenas se referia a si como sacerdote, simplesmente sem mais, abdicando de se intitular Pregador ou Confessor ou qualquer outro cargo ou dignidade seráfica.

Quantas voltas deu a Portugal nas visitas aos conventos e oratórios observantes da Província, nas sete vezes que foi Vigário Provincial? Quantos quilómetros fez nesses dezassete anos em que exerceu esse cargo? E quando era apenas Visitador? As deslocações a Castela para entrevistas com os Gerais que aí o convocavam? As jornadas de viagem nos nove capítulos gerais a que assistiu, por toda a Europa Ocidental? Sempre a pé, descalço, apenas com umas solas simples, ao frio, ao vento, ao calor, ao sabor da natureza. Esperança ⁴³ conta que cozia os próprios pés gretados nessas viagens longas e desgastantes, em claro exagero de cronista barroco. Não levava alforge ou bolsário, isto é, um ecónomo com dinheiro para pagar as despesas ou lhe levasse o manto; apenas um bordão na mão, o breviário na manga, a pedir pelos caminhos. No regresso, trazia apenas livros para recheiar as bibliotecas dos seus conventos.

Reformou também o mosteiro de Santa Clara de Lisboa na Regular Observância, tendo lá estado durante algum tempo a viver na cela do padre confessor da comunidade, onde nunca comeu ou bebeu ou aceitou coisa alguma das religiosas: à noite retirava-se para Vale de Cavalinhos (?), onde debaixo de uma oliveira se sentava e comia daquilo que o seu companheiro arranjava para os dois.

Era apesar da sua humildade e simplicidade uma figura conhecida e famosa, com amigos também de nomeada, como Garcia de Resende, que lhe chamava *Homem muito virtuoso, e de santa vida*. Sempre que se livrava dos cargos e prelazias, retirava-se como já vimos para comunidades solitárias e de vida regrante, onde pudesse levar vida contemplativa: o seu lugar preferido era a Ínsua. Nas memórias antigas da Ínsua, que Esperança refere mas que desconhecemos, assim é recordado Fr. João da Póvoa:

(...) foi nesta Provincia o principal Padre della, homem de grande autoridade, e acatamento, amado dos Reis, e Senhores, de grandissimo exemplo, e conselho ⁴⁴.

⁴³ *Ibidem*, p. 493.

⁴⁴ *Ibidem*, p. 494.

Foi muito estimado pelos reis, nomeadamente D. João II, que lhe pediu que fosse seu confessor. Fr. João aceitou com a condição de não exercer este múnus de assistência e direcção espiritual do rei na corte ou no Paço, ou então apenas o tempo necessário para as confissões e nada mais, logo depois delas se recolhendo às casas da Ordem mais próximas. Não queria o rei para si e suas conveniências e projectos, mas apenas para Deus, diz Esperança. Nunca aceitou bispados ou quaisquer mercês que o rei lhe oferecia, apenas pediu que se elevasse a sua Póvoa natal à condição de vila. Também melhorou o “seu” convento de St^a Cristina de Tentúgal, perto da Póvoa e onde professara. As obras efectuaram-se em 1478, durante o seu segundo vicariato provincial (1477-1480). Passou neste ano de Oratório a Convento. Foi sem dúvida um Conselheiro de alta influência junto de D. João II. Esperança alude ao facto de que foi o frade que aconselhou o soberano a nomear seu sucessor, depois da morte de seu único filho, D. Afonso (acidente a cavalo), o duque de Beja, primo e cunhado do monarca, em detrimento de D. Jorge, filho ilegítimo do *Príncipe Perfeito*. O direito parecia favorecer o duque de Beja e o rei mandou chamar a Alcáçovas a Fr. João da Póvoa para se confessar e comungar, recolhendo-se os dois depois para se lavrar o testamento. Ficou nomeado testamenteiro real ⁴⁵.

(...) *E porque ElRey [D. João II] sempre foy, e era mui Catolico, devoto, e muito amigo de Deos, asi Deos neste tempo em que sabia que sua morte se chegava, como justo, e piedoso que he, quislhe dar prefeita Graça pera as cousas necessareas/ e salvaçam de su'alma: Ca pareceo que ElRey nesta detriminaçam que tomou de arriscar nas caldas sua vida, e saude, despio de seu corpo hũ homem entodo humano, e vestio su'alma d'outro entodo Divino. Porque fez logo ali viir frey Joham da Povia, da Observancia de Sam Francisco seu Confessor, que era Religioso muy spritual, e a elle se confessou muitas vezes, e de suas mãos recebeo ho Sancto Sacramento, e co elle fez seu derradeiro, e verdadeiro Testamento (...)* ⁴⁶

Faleceu o rei em 25 de Outubro de 1495, no Alvor, reino dos Algarves ⁴⁷. D. Manuel I quis Fr. João para seu confessor mas o religioso declinou e

⁴⁵ *Ibidem*, p. 495.

⁴⁶ PINA, Ruy de – *Croniqua DelRey Dom Joham II*. Coimbra: Atlântida-Livraria Editora, Lda, 1950, Cap. LXXVI, p. 193-194: *Fez ElRey seu Testamento*.

⁴⁷ Cf. RESENDE, Garcia de – *Chronica dos Valerosos e Insignes Feitos del Rey Dom João II, de Gloriosa Memoria*, Lisboa, Jorge Rodriguez, 1607, 4^a ed.. Vd também, do mesmo cronista, *Crónica de Dom João II e Miscelânea*. Ed. de Joaquim Veríssimo Serrão. Lisboa, 1973.

preferiu, já com alguma idade e cansado, retirar-se para viver num qualquer convento. Ainda foi guardião da Conceição de Leça da Palmeira e duas vezes vigário provincial, falecendo em 1506 naquele mesmo convento. Celebrou, pouco antes de morrer, um capítulo intermédio em Leça, onde estava na qualidade de vigário provincial, escreveu um catálogo dos vigários provinciais e despachou tudo o que havia a despachar para o governo da Observância portuguesa. Pressentindo a morte, chamou os religiosos do convento, chorando, pediu que se mantivesse a guarda Pobreza e da Regra Seráficas em estado puro, falou aos confrades, abençoou-os e partiu para a eternidade, no dia 29 de Julho de 1506. Tinha 67 anos de idade. Foi sepultado no claustro conforme seu desejo, no cemitério comum, tendo-se depois lavrado epitáfios em lápides a recordar o insigne religioso. Curiosamente, os religiosos de St^a Cristina de Tentúgal retrataram o seu religioso mais famoso, num projecto iconográfico decalcado da imagem de S. Francisco mas tentando revelar os traços de Fr. João da Póvoa: calvo, testa grande, olhos vivos, rosto “pouco mimoso”, mas com autoridade e gravidade na expressão.

Sobre ele também o insigne cronista Fr. Marcos de Lisboa assim escreveu ⁴⁸:

En el cõu[en]to dela Cõcepção de la prouincia de Portugal, murio en este ti[em]pos el venerable religioso F. Juan de la Puebla, varõ de grã zelo de la pobreza u obseruãcia regular. Fue muchas veces vicario prouincial de a[que]lla prouincia, y nueue vezes fue a capitulos generales, y siempre a pie y descalço. Fue confessor del Rey de Portugal don Iuã el segundo. Mas no estaua mas dias en la corte, que el dia en que confessaua al rey, y en el mesmo dia se boluia. Visitando el monasterio de santa Clara junto a Lisboa, que entonces fuera reformado, nunca quiso comer en sus casas, ni cosa que ellas le embiasen, mas yuase a comer debaxo de vn arbol, lo que el com/pañero le traya del cõuento de los frayles. Quando no era perlado recogiese a la insula [Ínsua, Santa Maria da], o a otro oratorio de frayles muy apartado, donde viuia em mucha austeridad, y muy ocupado, y fue muy diligente en hazer memorias de los frayles de su tiempo.

⁴⁸ LISBOA, Fr. Marcos de, OFM – *Crónicas da Ordem dos Frades Menores*. Parte III. Porto: Fac. Letras Univ. Porto/CIUHE, 2001, fls. 233v-234. Cf. *Bibliotheca Lusitana*. II, pp. 727-728.

CATÁLOGO DOS VIGÁRIOS PROVINCIAIS DA OBSERVÂNCIA DE 1447 A 1506 ⁴⁹

Convirá recordar que em 1444, o papa Eugénio IV (1431-1447) separou os Observantes dos Conventuais. Pouco depois, em 1446, deu-se a instituição dos Vigários Provinciais da Observância dentro do quadro das províncias franciscanas.

Ano	Vigário Provincial Observância	Fundações ou Reformas
1447	Fr. João de Pombal	S. Francisco da Ribeira de Ver
1448		
1449		
1450	Fr. Gomes do Porto	
1451	Fr. Rodrigo de Arruda	S. Bernardino de Atouguia, Peniche
1452		Bom Jesus, Peniche
1453		
1454	Fr. Gomes do Porto	N ^a S ^a Loreto Sant. Cacém
1455		S. Francisco de Xabregas, Lisboa
1456	Fr. Gil de Guimarães	
1457		
1458		
1459	Fr. Rodrigo de Arruda	S. Bernardino Câmara de Lobos (ou 1460)
1460		
1461		
1462	Fr. Gonçalo de Lisboa	
1463		
1464		
1465	Fr. António de Elvas	
1466		
1467		

⁴⁹ Apud *Memórias Soltas e Inventários do Oratório de S. Clemente das Penhas e do Mosteiro de N^a S^a da Conceição de Matozinhos, dos Séculos XIV e XV. Por Fr. João da Póvoa e outros (Ms. Quinhentista do Arquivo Distrital do Porto)*. Introdução, transcrição e notas de A. Magalhães Basto. Porto: Ed. Maranus, 1940, Fl. 17v ss. (p. 43).

Ano	Vigário Provincial Observância	Fundações ou Reformas
1468	Fr. Gonçalo de Lisboa	
1469		
1470		S. António de Varatojo (1470 - 1474)
1471	Fr. António de Elvas	
1472		
1473		
1474	Fr. João da Póvoa 1	
1475		
1476	Renuncia neste ano no capítulo provincial no Varatojo	Conceição de Leça (até 1481)
1477	Fr. Pedro Pão e Água Fr. João da Póvoa (Outubro) 2	
1478		
1479		
1480	Fr. Mendo de Olivença	- Conceição de Vila da Praia, Terceira - S. António de Ponte de Lima
1481		
1482		Hospício de S. António de Beja
1483	Fr. João da Póvoa 3	
1484		
1485		
1486	Fr. Afonso de Alenquer	
1487		
1488		S. António de Serpa
1489	Fr. João da Póvoa 4	
1490		
1491		Hospício de Coima
1492	Fr. Gonçalo de Lamego	
1493		
1494		S. António de Campo Maior
1495	Fr. João da Póvoa 5	
1496		
1497		
1498	Fr. Gonçalo de Lamego	
1499		

Ano	Vigário Provincial Observância	Fundações ou Reformas
1500		- S. Francisco de Olivença - N ^a S ^a Piedade, V. Viçosa
1501	Fr. João da Póvoa 6	
1502	Fr. Afonso de Portugal	
1503		
1504		S. António de Sines (-1505)
1505	Fr. João da Póvoa 7 (morre em 1506)	- N ^a . S ^a Consolação do Bosque, Borba - Hospício ^a S ^a Loreto, S. Cacém - Bom Jesus da Franqueira, Barcelos (reforma) - S. Francisco de Chaves (reforma)
1506	Fr. Nicolau de Lisboa	
1507		
1508		
1509	Fr. André da Guarda	N ^a S ^a Piedade de St ^a Cruz (Madeira)
1510		
1511		
1512	Fr. Afonso de Portugal	
1513		S. Francisco de Évora (reforma)
1514		
1515	Fr. Francisco de Lisboa	
1516		S. Vicente do Cabo (ocupado pela Piedade)
1517		- S. Francisco de Lisboa - S. Francisco de Santarém - S. Francisco de Tavira

**VIGÁRIOS DA OBSERVÂNCIA DE S. FRANCISCO
DA PROVÍNCIA DE PORTUGAL ATÉ 1506**

Nº Ordem de Fr. João da Póvoa	Nº Ordem	Data da eleição
Fr. João de Pombal	1	1447
Fr. Gomes do Porto 1	2	1450
Fr. Rodrigo de Arruda 1	3	1451
Fr. Gomes do Porto 2	4	1454
Fr. Gil de Guimarães	5	1456
Fr. Rodrigo de Arruda 2	6	1459
Fr. Gonçalo de Lisboa 1	7	1462
Fr. António de Elvas 1	8	1465
Fr. Gonçalo de Lisboa 2	9	1468
Fr. António de Elvas 2	10	1471
Fr. João da Póvoa 1	11	1474
Fr. Pedro Pão e Água	12	1477
Fr. João da Póvoa 2	13	1477
Fr. Mendo de Olivença	14	1480
Fr. João da Póvoa 3	15	1483
Fr. Afonso de Alenquer	16	1486
Fr. João da Póvoa 4	17	1489
Fr. Gonçalo de Lamego 1	18	1492
Fr. João da Póvoa 5	19	1495
Fr. Gonçalo de Lamego 2	20	1498
Fr. João da Póvoa 6	21	1501
Fr. Afonso de Portugal 1	22	1502
Fr. João da Póvoa 7	23	1505-1506 (†)
Fr. Nicolau de Lisboa	24	1506-1509
Fr. André da Guarda	25	1509-1512
Fr. Afonso de Portugal 2	26	1512-1515
Fr. Francisco de Lisboa	27	1515-1517...

Conclusão

Apesar da escassez de fontes, documentais ou publicadas, conseguiu-se traçar o perfil desta figura importante não apenas no mundo religioso mas também no plano cultural e até político do Portugal quatrocentista e dos inícios de Quinhentos. Um homem equilibrado, sensato, talvez humilde em demasia, mas com sentido autonomista, organizativo e sabedor de que apenas uma instituição forte e centrada em valores prioritários como a Pobreza, a Fé e a Unidade poderiam fazer a Observância consolidar-se

como movimento e como modelo de reforma e projecto de mudança no mundo seráfico português. Estimulou a cultura pelos livros, pelo ensino, pela liturgia, pelo uso de inventários e de critérios de edificação intelectual e científica, não apenas pela moral ou por conceitos soteriológicos desprovidos de sentido de futuro. O mundo da segunda metade do século XV, preâmbulo do Renascimento português e caminhada fulgurante do País para o apogeu quinhentista dos Descobrimentos e da Expansão de Portugal e da sua cultura e religião nos novos mundos, não era fácil e as oposições e tensões religiosas e políticas faziam antever as convulsões e divisões do século XVI. Fr. João da Póvoa incarna a figura da transição franciscana de cariz reformador entre a intuição e a instituição, entre o eremitério e o claustro, entre a entrega à Providência divina e a organização e articulação ao quotidiano, entre a contemplação e a acção, entre a *santa rusticitas* e os estudos e a formação, mas sempre, enfim, abraçando a Pobreza e a determinação de mudar para regressar a S. Francisco e às primeiras fraternidades, mas com os pés no presente e os olhos no futuro.

Fr. João da Póvoa merece uma biografia possível, mas mais abrangente. É, concluindo, a grande figura, entre outras, que projectou a originalidade da Observância portuguesa, onde não se conhecem invasões de conventos por nenhum dos ramos franciscanos em desavença aberta na segunda metade do século XV, reformas forçadas ou trocas de comunidades. É a ele que se deve a abertura e a tolerância, no fundo, que permite a Observância portuguesa, institucionalmente, abrir-se a novas reformas, como a Capuchez da Piedade, ainda que esta tenha sido perseguida por alguns religiosos observantes. Só um religioso do seu calibre teria resistido à contramaré intentada por Delfim de Amélia, Geral da dobragem de Quatrocentos para Quinhentos que assinou um último esforço dos “seus” Conventuais para estes retomarem conventos perdidos ou ocupar outros fundados fora da sua órbita, para impor a Comunidade de novo (a Claustro) perante uma Observância que era cada vez mais predominante entre os Franciscanos. Graças a religiosos como Fr. João da Póvoa, homem de cultura e promotor da mesma, incansável e pedagógico, uma figura que é importante e necessário para se conhecer o seu tempo e o mundo privado e espiritual dos seus reis, D. Afonso V, D. João II e D. Manuel I. Principalmente o *Príncipe Perfeito*, com quem privou mais e de quem foi Confessor e conhecedor de muitos segredos. Um frade de mérito e sageza atrás de um grande rei, uma imagem que deverá conhecer estudos mais pormenorizados e que poderão fazer luz sobre esta época.

COMUNIDADES FUNDADAS E REFORMADAS NOS VICARIATOS PROVINCIAIS DE FR. JOÃO DA PÓVOA

